

Governo propõe saída para reduzir dívidas

O Ministério da Fazenda prepara um novo modelo de negociação das dívidas dos estados, em que pretende tratar, de uma só vez, a dívida em contratos, a dívida em títulos e os empréstimos de emergência feitos pela Caixa Econômica Federal (CEF) no início deste ano. Assim, as dívidas receberiam um tratamento global.

A situação de cada governador que bateu recentemente à porta do ministro Pedro Malan está sendo analisada caso a caso. A intenção do governo federal é oferecer uma solução que contemple todo o endividamento. "Mas, para isso, serão analisados os avanços nos programas de ajuste, envolvendo providências como a privatização e os programas de dispensa voluntária", explicou um assessor. A prorrogação do prazo para pagar as dívidas com a CEF também dependerá dos avanços de cada estado no ajuste de suas contas.

CARDÁPIO BÁSICO

Embora a análise esteja sendo feita caso a caso, as soluções a serem oferecidas aos governadores ficarão restritas a um cardápio básico. "Não adotaremos uma medida específica para resolver a situação de um Estado; não haverá nada casuístico", assegurou um assessor de Malan.

Não está descartada a hipótese de ser editada uma medida provisória (MP) para viabilizar a renegociação das dívidas dos estados. Na parcela da dívida onde o credor é a CEF, a prorrogação depende apenas da decisão da instituição. Mas,

para as dívidas contratuais (em que o credor é o Tesouro), há impedimentos legais para alongar o prazo, reduzir as parcelas ou conceder a suspensão dos pagamentos. Qualquer medida dessas estaria em desacordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com a lei de rolagem das dívidas, a 8.727. A dívida contratual soma R\$ 46 bilhões. A dívida mobiliária (em que os Estados lançam títulos no mercado para se financiarem) também deverá ser assumida pelo Tesouro. Hoje, ela soma cerca de R\$ 40 bilhões.

SALÁRIOS PAGOS

Em Alagoas, a crise provocada pela falência do estado está perto de uma solução. O governo de Alagoas dispensou ontem o envio de tropas federais para garantir as eleições municipais, alegando que a Polícia Militar, de volta às ruas a partir de hoje, não vai mais aquartelar-se, como nos últimos cinco dias. O governo está seguro disso porque os policiais militares deverão receber o soldo de junho, depois de quitados os atrasados de abril e maio na sexta-feira passada. "Esta é a grande resposta de Alagoas ao Brasil", gabou-se o governador Divaldo Suruagy (PMDB), lembrando que "mais de dez Estados estão pedindo tropas federais".

O pedido de intervenção federal em Alagoas, que deverá ser apresentado hoje ao presidente Fernando Henrique Cardoso, em Brasília, pelo prefeito de Maceió, Ronaldo Lessa (PSB), "é um gesto inútil", na opinião de Suruagy.

17 SET 1996

CORREIO BRAZILIENSE